



www.LeisMunicipais.com.br

## LEI COMPLEMENTAR Nº 309, DE 22 DE SETEMBRO DE 2021

### **Autoriza a concessão de direito real de uso à Associação dos Produtores da Agricultura Urbana e Periurbana de Campinas e Região - Cio da Terra, e dá outras providências.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINAS.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica autorizada a concessão de direito real de uso à Associação dos Produtores da Agricultura Urbana e Periurbana de Campinas e Região - Cio da Terra, para a exploração e manutenção de horta comunitária, da área pública de propriedade da Prefeitura Municipal, transferida para a classe de bens dominicais através da Lei nº 13.940, de 17 de novembro de 2010, abaixo descrita e caracterizada:

"parte do Sistema de Lazer 10, localizada no Quarteirão 8.578 do Cadastro Municipal, do loteamento Conjunto Habitacional Parque Itajaí, de propriedade da Municipalidade, com 12.926,98m<sup>2</sup> e as seguintes medidas e confrontações: 177,54m mais 44,54m mais 82,01m, onde confrontam com a Rua Dr. Pedro Miguel (antiga Rua 51), do mesmo loteamento; 33,72m, onde confronta com parte do Sistema de Lazer, área reservada para a Sanasa Campinas; 67,05m mais 164,43m mais 36,58m mais 48,42m mais 32,21m, onde confrontam com o remanescente do Sistema de Lazer".

**Art. 2º** O bem público descrito no art. 1º desta Lei Complementar deverá ser utilizado pela concessionária, única e exclusivamente, para a execução e manutenção da horta comunitária, nos termos da Lei nº 9.549, de 10 de dezembro de 1997, e do Decreto nº 14.288, de 11 de abril de 2003.

§ 1º Fica vedada à concessionária do bem público objeto desta Lei Complementar a cessão a terceiros, a qualquer título, bem como o seu uso para fins diversos do estabelecido.

§ 2º Não poderá a concessionária utilizar o bem público objeto desta Lei Complementar para exhibir ou permitir propaganda de qualquer espécie, notadamente de cunho político, religioso ou comercial.

**Art. 3º** A concessão do direito real de uso de que trata esta Lei Complementar será outorgada pelo prazo de 15 (quinze) anos, em caráter gratuito e intransferível.

**Art. 4º** A concessão do direito real de uso será formalizada por termo a ser lavrado pela Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos.

**Art. 5º** Fica revogada a presente concessão se a concessionária não der o destino designado à área concedida ou caso ocorra desvio de finalidade ou descumprimento das condições estabelecidas nesta Lei Complementar.

§ 1º No caso de revogação da concessão, a concessionária deverá restituir ao Poder Público municipal o bem concedido em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data da revogação, obrigando-se, enquanto estiver sob sua guarda, a zelar pelo seu bom estado de conservação.

§ 2º A revogação desta concessão não importa em direito da concessionária a indenização de qualquer natureza, inclusive por benfeitorias introduzidas no imóvel.

**Art. 6º** Correrão por conta da concessionária as despesas com os custos e emolumentos cartoriais referentes à concessão de direito real de uso autorizada por esta Lei Complementar.

**Art. 7º** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 8º** Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente os arts. 2º a 6º da Lei nº 13.940, de 2010.

Campinas/SP, 22 de setembro de 2021.

DÁRIO SAADI  
Prefeito de Campinas

Autoria: Prefeito Municipal  
Protocolado nº 20/10/3323

*Nota: Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.*

*Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 27/09/2021*